

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM DESENVOLVIMENTO RURAL
PLAGEDER**

Marcia Roselaine Acosta Teixeira

**O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE no município de Santa
Vitória do Palmar/RS.**

**Santa Vitória Do Palmar
2017**

Marcia Roselaine Acosta Teixeira

**O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE no município de Santa
Vitória do Palmar/RS.**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Profa. Dra. Catia Grisa.

Coorientadora: Ma. Leticia A. Chechi.

**Santa Vitória Do Palmar
2017**

Marcia Roselaine Acosta Teixeira

**O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE no município de Santa
Vitória do Palmar/RS.**

Trabalho de conclusão submetido ao
Curso Bacharelado em Desenvolvimento
Rural - PLAGEDER, da Faculdade de
Ciências Econômicas da UFRGS, como
requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

_____ em: Porto Alegre, ____ de _____ de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Catia Grisa - Orientadora
UFRGS

Prof. Dr. Marcelo Antonio Conterato
UFRGS

Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil
UFRGS

Dedico este trabalho ao meu pai Walkir Teixeira (*in memoriam*), que criou seus filhos trabalhando no campo e conseguiu me transmitir o encanto pela vida rural, e também a minha filha Luiza e meu esposo Luiz, por terem me passado a força para seguir em frente nos momentos de desânimo (que foram muitos).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me dar forças para realizar o sonho de concluir o curso, ao Polo da Universidade Aberta do Brasil de Santa Vitória do Palmar e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela oportunidade de fazer uma graduação de qualidade e com professores excelentes.

Agradeço ao Coordenador do Polo Sennen e a tutora presencial Ana Cristina Rodrigues, por não medirem esforços para nos manterem motivados e por fornecerem todo suporte necessário para conseguirmos chegar ao final da jornada.

Aos colegas da turma do PLAGEDER de Santa Vitória do Palmar que estarão sempre presentes nas lembranças, em especial ao Leomar Iepsen e Lea Mespaque que participaram de um dos momentos mais marcantes do curso para mim, que foi o primeiro estágio, e também a Stella e Angélica que me ajudaram muito na etapa final, e a todos os outros.

Aos agricultores familiares que sempre me receberam muito bem e colaboraram nos trabalhos, e também ao Sr. Getúlio Viana Peres, que permitiu que o segundo estágio fosse realizado em sua agroindústria artesanal.

A orientadora Catia Grisa e a coorientadora Leticia Chechi, que contribuíram muito com sugestões e com todo seu conhecimento para que esse Trabalho de Conclusão de Curso tivesse qualidade.

Aos amigos e colegas do trabalho que procuraram me manter motivada, a família, em especial meu marido e minha filha que suportaram minhas ausências e meu cansaço. E aos meus pais, porque sem eles eu não estaria aqui, em especial ao meu pai, que não se encontra entre nós, mas que sempre se orgulhou e alegrou com minhas conquistas.

Muito obrigado!

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso teve como objetivo analisar a participação dos agricultores familiares locais no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), enfatizando as contribuições e os desafios que emergem a partir da inserção dos mesmos no Programa. Para atender esse objetivo procedeu-se com o mapeamento e caracterização dos agricultores familiares que participam do PNAE; buscou-se evidenciar as mudanças produtivas na agricultura familiar a partir da inserção de seus produtos na alimentação escolar; ainda investigar as mudanças no que concerne à organização social dos agricultores familiares inseridos no PNAE; e verificar os resultados econômicos obtidos a partir da comercialização de alimentos dos agricultores familiares no mercado institucional. O estudo foi estruturado como uma pesquisa de natureza aplicada envolvendo etapas exploratórias. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com sete agricultores participantes do PNAE, e representantes de entidades que gerenciam ou participam do programa. A pesquisa mostrou que o PNAE ocasionou mudanças positivas na agricultura familiar local: criou-se uma organização social que antes não existia; a produção de alimentos cresceu e diversificou-se, aumentaram os resultados econômicos e a merenda escolar passou a ter cardápios com frutas e legumes produzidos sem agrotóxicos, melhorando a qualidade nutricional. Os resultados também mostraram que a participação dos agricultores no programa ainda é pequena, devido alguns agricultores não conseguirem aumentar a produção para atender a demanda do programa, e outros produtores se desmotivaram diante da burocracia e preferiram continuar vendendo individualmente nos comércios e de “porta em porta”, até por que dessa forma não se comprometem com entregas de alimentos.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Alimentação Escolar, Programa Nacional de Alimentação Escolar, Políticas Públicas.

RESUMEN

Este Trabajo de Conclusión de Curso tiene como objetivo analizar la participación de los agricultores familiares locales en el Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE), enfatizando las contribuciones y los desafíos que emergen a partir de la inserción de los mismos en el Programa. Para atender ese objetivo se procedió con el mapeamiento y caracterización de los agricultores familiares que participan del PNAE; buscou-se evidenciar los cambios productivos en la agricultura familiar a partir de la inserción de sus productos en la alimentación escolar; aún investigar los cambios en el que concierne a la organización social de los agricultores familiares insertados en el PNAE; y verificar los resultados económicos obtenidos a partir de la comercialización de alimentos de los agricultores familiares en el mercado institucional. El estudio fue estructurado como una investigación de naturaleza aplicada envolviendo etapas exploratorias. Fueron realizadas entrevistas semiestructuradas con siete agricultores participantes del PNAE, y representantes de entidades que gestionan o participan del programa. La investigación mostró que el PNAE ocasionó cambios positivos en la agricultura familiar local: se creó una organización social que antes no existía; la producción de alimentos creció y se diversificó, aumentaron los resultados económicos y la merienda escolar pasó a tener cardápios con frutas y legumbres producidas sin agrotóxicos, mejorando la calidad nutricional. Los resultados también mostraron que la participación de los agricultores en el programa aún es pequeña, debido algunos agricultores no consiguen aumentar la producción para atender la demanda del programa, y otros productores se desmotivaron delante de la burocracia y prefirieron continuar vendiendo individualmente en los comercios y de “puerta en puerta”, que de esa forma no se comprometen con entregas de alimentos.

Palabras clave: Agricultura Familiar, Alimentación Escolar, Programa Nacional de Alimentación Escolar, Políticas Públicas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa de localização do município de Santa Vitória do Palmar/RS	14
Figura 2- Produtos da agricultura familiar local	22
Figura 3- Produção de morangos da Família 4	34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Identificação dos entrevistados	15
Quadro 2- Caracterização dos Agricultores Familiares Entrevistados	24
Quadro 3- Valores repassados pelo FNDE para o PNAE nas escolas municipais de Santa Vitória do Palmar-RS no período de 2011 até 2015	28
Quadro 4- Cardápio alunos de 06 a 15 anos (Tarde).....	29
Quadro 5- Descrição dos produtos e valores dos contratos dos agricultores familiares que fornecem alimentos para o PNAE em Santa Vitória do Palmar nas escolas municipais, (2017).....	30
Quadro 6- Número de agricultores que forneceram alimentos para as escolas estaduais de Santa Vitória do Palmar-RS no período de 2011 até 2017	31
Quadro 7- Principais mudanças produtivas na agricultura familiar de Santa Vitória do Palmar com a participação no PNAE	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFASA – Associação dos Agricultores Familiares de Santa Vitória do Palmar
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
ATLA – Associação dos Trabalhadores da Lavoura de Arroz
CME – Campanha da Merenda Escolar
CNA – Comissão Nacional de Alimentação
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CRAEE - Centro De Referência Em Atendimento Educacional Especializado
DAP - Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MESP - Ministério da Educação e Saúde Pública
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PMA – Programa Mundial de Alimentos
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNME – Programa Nacional da Merenda Escolar
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAPS - Serviço Nacional de Alimentação e Previdência Social
SMED – Secretaria Municipal de Educação
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. METODOLOGIA.....	14
3. A TRAJETÓRIA DO PNAE EM ÂMBITO NACIONAL	17
4. O PNAE NO MUNICÍPIO DE SANTA VITÓRIA DO PALMAR/RS	21
4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES QUE PARTICIPAM DO PNAE NO MUNICÍPIO DE SANTA VITÓRIA DO PALMAR – RS.....	23
4.2 O PNAE NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SANTA VITÓRIA DO PALMAR	27
4.3 O PNAE NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE SANTA VITÓRIA DO PALMAR....	31
5. MUDANÇAS PRODUTIVAS NA AGRICULTURA FAMILIAR A PARTIR DA INSERÇÃO DE SEUS PRODUTOS NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	33
6. ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES INSERIDOS NO PNAE	37
7. RESULTADOS ECONÔMICOS OBTIDOS A PARTIR DA COMERCIALIZAÇÃO NO MERCADO INSTITUCIONAL	40
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	45

1. INTRODUÇÃO

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), um dos grandes desafios do Brasil e de outros lugares do mundo é o acesso à alimentação adequada e saudável de forma permanente e sustentável, e uma das formas de atingir esse objetivo é melhorando a efetividade das políticas públicas de redução da pobreza e provisão de serviços públicos. Também priorizando as políticas de abastecimento alimentar fundamentadas em alimentos frescos, produzidos localmente, a menor custo, com mais qualidade e maior diversidade. (FAO, 2017).

De acordo com Dal Soglio (2016), em grande parte dos países, a agricultura familiar se sobressai por contribuir de maneira significativa para a alimentação da população mundial. Turpim (2009) afirma que historicamente, as políticas públicas excluíaam os agricultores familiares e eram direcionadas para os médios e grandes produtores. O papel do Estado foi fundamental na valorização da agricultura familiar criando políticas públicas específicas para o setor.

Uma destas políticas públicas foi o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Segundo Turpim (2009), o PNAE é um incentivo para o pequeno produtor por garantir a compra de parte da produção para a alimentação escolar. (TURPIM, 2009).

Cabe salientar que segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (2009), o PNAE implantado desde 1955, contribui para um melhor rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricionais. O repasse dos valores é feito pelo FNDE em parcelas, diretamente aos estados, Distrito Federal, municípios e escolas federais, com base no Censo Escolar realizado no ano anterior. Com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009, 30% desse valor deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar. (FNDE, 2009). Triches e Grisa (2015) analisam o referido programa e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e afirmam que:

As políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) vêm tomando espaço na agenda governamental desde a posse do governo Lula em 2003. Dentre estas políticas, destacam-se aquelas relacionadas à abertura de mercados institucionais para os agricultores familiares, como o Programa de

Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A partir destes Programas, passa-se a rever o papel das compras governamentais no sentido de torná-las instrumentos estatais de incentivo e de criação de mercados para a agricultura familiar e, ao mesmo tempo, promotoras de segurança alimentar e viabilizadoras de melhorias na qualidade da alimentação da população público destas políticas públicas. (TRICHES, GRISA, 2015, p.11).

Este estudo visa mostrar o funcionamento do PNAE em Santa Vitória do Palmar/RS, um município localizado na fronteira com o Uruguai, com uma economia baseada principalmente na agricultura e pecuária, predominando a pecuária de corte e de leite, e na agricultura o cultivo de arroz irrigado e mais recentemente a plantação de soja. De acordo com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER (2017), “A agricultura familiar local é formada por 440 agricultores que apresentam uma produção diversificada, com vários tipos de frutas e legumes. ”

Conforme os dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), o município apresentava uma população de 30.990 habitantes, sendo população urbana 26.890 habitantes e população rural 4.100 habitantes. Matei e Filippi (2013) relatam que embora a população urbana seja bem maior, Santa Vitória do Palmar/RS é considerado um município rural para o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, do MDA (2009), devido a economia do município depender totalmente das atividades agropecuárias.

Este Trabalho de Conclusão de Curso analisa o funcionamento do PNAE no município, visando destacar sua importância, suas contribuições na organização social, produção e economia local.

A escolha do tema justifica-se em conhecer os processos que envolvem o PNAE no município, os atores e entidades envolvidas, evidenciando sua potencialidade e fatores que possam ser aperfeiçoados.

Partindo dessa questão foi definido o objetivo geral: analisar a participação dos agricultores familiares de Santa Vitória do Palmar no PNAE, enfatizando as contribuições e os desafios que emergem a partir da inserção dos mesmos nos Programas.

Para atender a esse objetivo geral estabeleceram-se alguns objetivos específicos:

1. Mapear e caracterizar os agricultores familiares que participam do PNAE;
2. Evidenciar as mudanças produtivas na agricultura familiar a partir da inserção de seus produtos na alimentação escolar;

3. Investigar as mudanças no que concerne à organização social dos agricultores familiares inseridos no PNAE;
4. Verificar os resultados econômicos obtidos a partir da comercialização de alimentos dos agricultores familiares no mercado institucional.

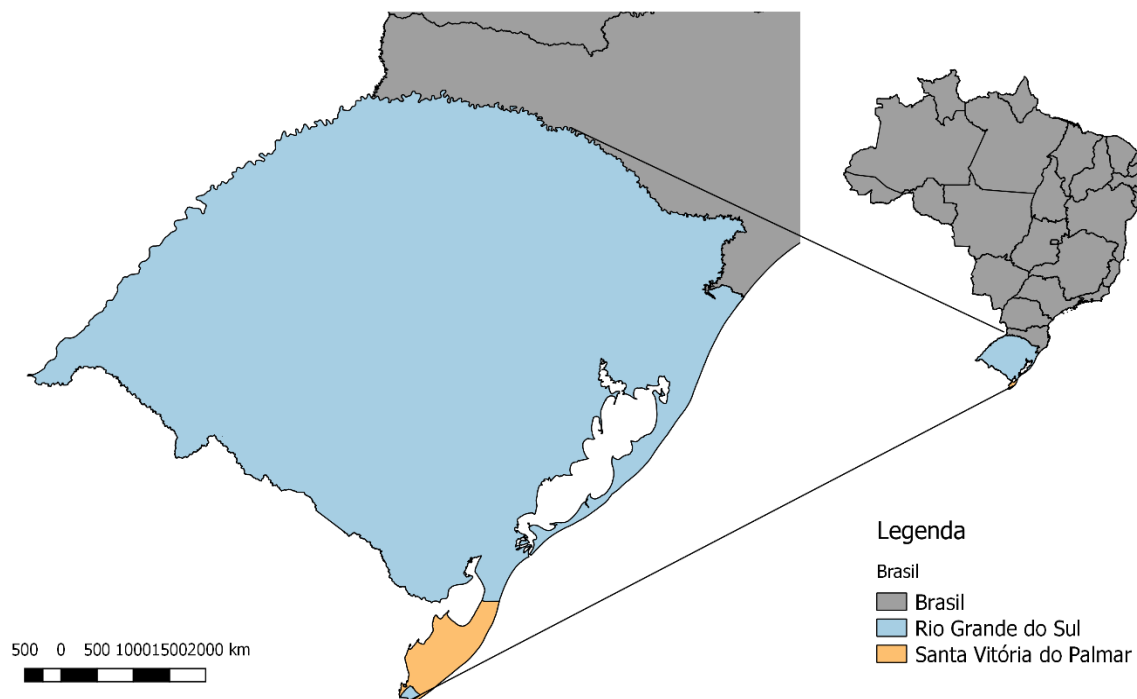
O conhecimento de todos os processos que envolvem o PNAE no município, suas contribuições e dificuldades, é muito importante para evidenciar todo seu potencial em contribuir para o desenvolvimento da agricultura familiar. A pesquisa também possibilitou identificar as mudanças produtivas, sociais e econômicas ocorridas com a participação dos agricultores locais no fornecimento de alimentos para a alimentação escolar.

Este trabalho está estruturado e será apresentado em oito diferentes capítulos. O primeiro refere-se à introdução, aqui exposta. O segundo capítulo concerne à metodologia utilizada na pesquisa; o terceiro apresenta a revisão bibliográfica sobre a trajetória do PNAE em âmbito nacional baseada em alguns autores que escreveram sobre o tema; o quarto capítulo mostra o PNAE em Santa Vitória do Palmar/RS relatando o funcionamento do programa no município. Já o quinto capítulo analisa as mudanças produtivas na agricultura familiar a partir da inserção de seus produtos na alimentação escolar; o sexto fala da organização social dos agricultores familiares inseridos no PNAE; o sétimo capítulo traz os resultados econômicos obtidos a partir da comercialização no mercado institucional, e por fim, no oitavo e último capítulo são apresentadas as considerações finais.

2. METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa utilizada envolveu etapas exploratórias, pesquisa bibliográfica e entrevistas em Santa Vitória do Palmar/RS, município no extremo sul do estado do Rio Grande do Sul, conforme mapa abaixo (Figura 1), mostrando sua localização. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica utiliza materiais elaborados por autores que pesquisaram sobre determinados assuntos, como livros e artigos científicos.

Figura 1-Mapa de localização do município de Santa Vitória do Palmar/RS



Fonte: Elaborado por Leticia Chechi, a partir de dados vetoriais do IBGE (2016).

O estudo está estruturado como uma pesquisa de natureza aplicada, que de acordo com Gerhardt e Silveira (2009) “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais”. Essa pesquisa foi desenvolvida com abordagem qualitativa, buscando conhecer o funcionamento do PNAE, programa do governo federal que incentiva o desenvolvimento da agricultura familiar e promove uma melhor qualidade na alimentação escolar do município. De acordo com Gerhardt e Silveira (2009):

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens. A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. (GERHARDT, SILVEIRA, 2009, p.32).

Os procedimentos utilizados foram pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas. A coleta de dados utilizou um roteiro de entrevistas semiestruturadas com questões abertas que foram gravadas para um melhor aproveitamento do conteúdo. As questões do roteiro contemplam o funcionamento do PNAE e as características dos agricultores e da atividade desenvolvida por eles. Foram realizadas três entrevistas junto às seguintes organizações: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, Secretaria Municipal de Educação – SMED, uma escola estadual, e sete entrevistas com agricultores familiares que participam do PNAE com propriedades localizadas próximas à sede do município, conforme identificados no Quadro 1.

Quadro 1-Identificação dos entrevistados

Entrevistados	Identificação	Localidade
Entrevistado Nº.1	EMATER	Santa Vitória do Palmar
Entrevistado Nº.2	SMED	Santa Vitória do Palmar
Entrevistado Nº.3	Esc. Est. de Educação Básica Manoel Vicente do Amaral	Centro
Família 1	Participante do PNAE de 2012 a 2017	Bairro Aviação
Família 2	Participante do PNAE de 2012 a 2017	Coxilha dos Segredos
Família 3	Participante do PNAE de 2012 a 2017	Coxilha dos Segredos
Família 4	Participante do PNAE de 2014 a 2017	Bairro Donatos
Família 5	Participante do PNAE de 2014 a 2017	Coxilha dos Segredos
Família 6	Participante do PNAE de 2014 a 2017	Geribatu
Família 7	Participante do PNAE de 2015 a 2017	Médanos

Fonte: Elaborado pela autora com base nas entrevistas realizadas (2017).

O Quadro 1 relaciona os entrevistados com o ano em que começaram a participar do PNAE e o nome da localidade onde estão as propriedades. Em razão da repetição de informações na coleta de dados, é que foi definida a quantidade de produtores entrevistados. Para análise dos dados qualitativos foi utilizada a análise de conteúdo, mais precisamente a análise temática. Conforme Gerhardt e Silveira (2009):

Existem várias modalidades de análise de conteúdo, dentre as quais destacamos: análise lexical, análise de expressão, análise de relações, análise temática e análise de enunciação. No entanto, será definida aqui a análise temática, porque, além de ser a mais simples, é considerada apropriada para as investigações qualitativas. A análise temática trabalha com a noção de tema, o qual está ligado a uma afirmação a respeito de determinado assunto; comporta um feixe de relações e pode ser graficamente representada por meio de uma palavra, frase ou resumo. (GERHARDT, SILVEIRA, 2009, p.84).

Quanto à questão ética todos os participantes da pesquisa assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido, autorizando ou não sua identificação, e terão garantida a preservação da privacidade e o anonimato se assim o desejarem. Os dados obtidos são utilizados exclusivamente para fim acadêmico.

3. A TRAJETÓRIA DO PNAE EM ÂMBITO NACIONAL

A Revisão Bibliográfica tem como base obras de autores que pesquisaram e escreveram sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, e procura mostrar a trajetória histórica do referido programa no Brasil desde a sua criação e as transformações ocorridas no seu funcionamento.

Para Peixinho et al. (2011), “O PNAE é o maior e mais antigo programa nacional na área de alimentação e nutrição do Brasil, tanto em recursos alocados como em número de indivíduos atendidos. ”

Segundo Ribeiro, Ceratti e Broch (2013) a preocupação em criar políticas públicas direcionadas à alimentação escolar surgiu diante dos altos índices de desnutrição infantil ainda na década de 30.

De acordo com Turpim (2008) com a criação do Serviço Nacional de Alimentação e Previdência Social – SAPS em 1940 tiveram início as ações no sentido de implantar a alimentação nas escolas. Apesar de não ter a alimentação escolar como um dos seus objetivos, o SAPS proporcionou que a partir de 1942 fosse fornecida merenda em alguns Estados. (STURION, 2002 apud TURPIM, 2008, p.8).

Durante a Segunda Guerra Mundial, foram criadas no Brasil instituições para fomentar políticas de alimentação e nutrição, e entre elas em 1945, a Comissão Nacional de Alimentação – CNA. (Silva, 1995; CNA, 1967 apud Turpim, 2008, p.9).

Em 1954 foi criado o Programa Nacional de Merenda Escolar (PNME), pela Comissão Nacional de Alimentação (CNA), que havia sido desmembrada do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) em 1953, e vinculada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 1955. (RIBEIRO, CERATTI, BROCH, 2013, p.37).

Em 31 de março de 1955, foi assinado o Decreto n.º 37.106, que institui a Campanha de Merenda Escolar (CME) subordinada ao Ministério da Educação. O Programa iniciou articulado às organizações internacionais de ajuda alimentar criadas após II Guerra Mundial, tais como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento (USAID) e o Programa Mundial de Alimentos (PMA). (TRICHES, GRISA, 2015, p.16).

Turpim (2009) afirma que a formalização do programa em 1955 buscava apenas a melhoria na nutrição e hábitos alimentares dos alunos. Nas décadas de 1970 e 1980, a alimentação escolar apresentava cardápios sem qualidade e visava consolidar o desenvolvimento de indústrias de alimentos nacionais. (COIMBRA 1982, apud RIBEIRO, CERATTI, BROCH, 2013, p.37). Caldas e Ávila, (2013) afirmam que nessa época ocorreram algumas modificações:

A partir de 1976, a alimentação escolar passou a ser financiada com recursos públicos alocados no Ministério da Educação (MEC). Em 1979, o nome do programa foi novamente modificado. A partir de então passou a se chamar Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). (CALDAS, AVILA, 2013, p.79).

De acordo com Ribeiro, Ceratti e Broch (2013), o PNAE foi criado em 1979, mas a merenda escolar somente passou a ser um direito para os alunos do ensino fundamental após a Constituição de 1988.

Para Ribeiro, Ceratti e Broch (2013, p.38), em 1993 os recursos financeiros foram descentralizados buscando a compra de alimentos locais, e tentando melhorar os cardápios escolares com uma maior diversificação de produtos. A Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994, sancionada pelo Presidente da República em 16 de junho de 2009, permitiu que os valores fossem repassados diretamente aos estados e municípios para que desenvolvessem programas de aquisição de alimentos locais, buscando uma alimentação mais saudável para os alunos e incentivando o desenvolvimento da região. (p.38). Caldas e Ávila (2013) afirmam que:

De acordo com a Lei 8.913/94, a transferência de recursos do governo Federal para os governos municipais ficou condicionada à criação dos Conselhos de Alimentação Escolar, com funções de fiscalizar o Poder Executivo, controlar a aplicação dos recursos financeiros e acompanhar a elaboração dos cardápios. (CALDAS, ÁVILA, 2013, p.80).

Triches e Grisa (2015) relatam que a descentralização dos recursos do PNAE ocorreu em 1994, mas aconteceu de fato em 1998, quando os recursos passaram a ser transferidos diretamente, agilizando o funcionamento do programa.

Conforme Triches e Grisa (2015), em 2003 houve uma revisão dos programas alimentares destinada a incluir pequenos produtores e a melhorar os hábitos alimentares da população. Com a Resolução n.º 15 de 16 de junho de 2003, o PNAE passa a ter o objetivo de “suprir parcialmente as necessidades nutricionais dos

alunos, com vistas a garantir a implantação da política de Segurança Alimentar e contribuir para a formação de bons hábitos alimentares”. Segundo as autoras aumentaram os recursos e o público atendido, e com a Resolução n.º 32 de 10/8/2006 ficou evidente a busca pela sustentabilidade e por uma alimentação saudável para todos. (TRICHES e GRISA, 2015, p. 17)

De acordo com Peixinho (2013) a principal mudança para o PNAE aconteceu com a publicação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que estendeu o PNAE para toda educação básica, além dos jovens e adultos; priorizou a educação alimentar e nutricional como objetivo do Programa; estabeleceu a participação da comunidade nas ações desenvolvidas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios; garantiu a alimentação aos alunos mesmo quando os recursos forem suspensos por irregularidades constatadas; e estabeleceu a obrigatoriedade da aplicação de, no mínimo, 30% dos recursos do FNDE destinados à alimentação escolar na aquisição de alimentos da agricultura familiar, priorizando alimentos orgânicos e/ou agro ecológicos. (PEIXINHO, 2013, p.913). Caldas e Ávila (2013) afirmam que, “Portanto, observa-se, a partir de 2009, um esforço para incorporar o produtor familiar à política de alimentação escolar”.

Para Triches e Schneider (2013), essa lei representa uma iniciativa de incentivo à produção e oferta de alimentos adequados para as necessidades de crianças e adolescentes, constituindo-se em importante política de Estado para garantir a segurança alimentar e nutricional.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (2017), a compra de produtos da agricultura familiar para o PNAE deve seguir alguns procedimentos como o mapeamento dos produtos da agricultura familiar, solicitado pela Secretaria de Educação para a Secretaria de Agricultura, EMATER e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com produto, quantidade e época da colheita.

Com esse mapeamento a nutricionista responsável deve elaborar os cardápios da alimentação escolar, que devem conter no mínimo, três porções de frutas e hortaliças por semana. As Secretarias Estaduais de Educação, prefeituras ou escolas deverão publicar Chamada Pública (que é a modalidade de edital relativo à agricultura familiar), onde deve constar quais os alimentos e a quantidade de cada um deles que desejam adquirir da agricultura familiar para alimentação escolar. (MDA, 2017).

Os grupos formais, informais, ou fornecedor individual, devem elaborar um projeto de venda formalizando o interesse dos agricultores em venderem seus produtos para a alimentação escolar, que deverá ser assinado pelos representantes. Nos casos de grupos formais ou informais, o projeto deverá incluir a relação de todos os agricultores participantes, com nome completo, CPF e DAP física. (MDA, 2017). A Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) é o documento de identificação da agricultura familiar e pode ser obtido tanto pelo agricultor ou agricultora familiar (pessoa física) quanto por empreendimentos familiares rurais, como associações, cooperativas, agroindústrias (pessoa jurídica), com participação expressiva de 60% da categoria social. (MDA, 2017)

Após selecionados, e de acordo com a ordem de prioridade do art.25 - Resolução nº 4/2015, os projetos devem ser assinados pelos representantes do grupo formal; representantes do grupo informal; ou fornecedor individual, com o cronograma de entrega dos produtos. Quando for feita a entrega, o representante da entidade executora e do grupo fornecedor deve assinar o Termo de Recebimento da Agricultura Familiar, e deve ser apresentado documento fiscal que pode ser: Nota do produtor rural (bloco do produtor), nota avulsa, ou nota fiscal (podendo ser na versão eletrônica). (MDA, 2017).

4. O PNAE NO MUNICÍPIO DE SANTA VITÓRIA DO PALMAR/RS

Segundo a EMATER (2017), a agricultura familiar passou a ter seus produtos inseridos na alimentação escolar por meio do PNAE em Santa Vitória Palmar/RS, na rede municipal de ensino e nas escolas estaduais, no ano de 2012. Atualmente onze agricultores participam do programa, fornecendo alimentos para a alimentação dos alunos de escolas e creches públicas. (EMATER,2017).

Os alimentos produzidos pela agricultura familiar local e comercializados para o PNAE, desde os primeiros anos sempre foram bem diversificados. As escolas da rede municipal de ensino adquirem alimentos bem variados, que são produzidos pelos agricultores familiares participantes do programa, entre eles : Leite Pasteurizado tipo C, abóbora, alface, tomate, couve, tempero verde, cenoura, cebola, beterraba, batata doce, chuchu, goiaba, abóbora japonesa, couve flor, brócolis, melão, morango, melancia, mostarda, espinafre, nabo, pepino, pimentão, rabanete, repolho, rúcula, ervilha, fava, mel, alho, batata inglesa, maracujá, acelga, vagem, dentre outros. As compras de produtos da agricultura familiar são feitas por meio de chamada pública, e as de outros alimentos como arroz, feijão, óleo, entre outros, são realizadas por pregão eletrônico. Os agricultores estipulam os valores dos alimentos, e é feita uma pesquisa de preços pelo Departamento de Compras da Prefeitura.

As escolas estaduais adquirem da agricultura familiar alimentos como: Abóbora, tomate, couve, beterraba, cebola, tempero verde, leite tipo C, alface, espinafre, pimentão, morango, ervilha. (EMATER, 2017). Na figura 2, a seguir, estão alguns alimentos produzidos pelos agricultores familiares locais, como alface, morangos, queijos, geléia e manteiga.

Figura 2- Produtos da agricultura familiar local



Fonte: Marcia Teixeira, (2017).

Todos os entrevistados falaram positivamente do PNAE no município, e que proporcionou muitos benefícios para a agricultura familiar local. Duas Famílias (3 e 5), ressaltaram que excepcionalmente em 2017 foram adquiridos menos produtos para a alimentação escolar, não atingindo os 30% exigidos por lei. De acordo com a Família 3: “Nos outros anos eu entregava alimentos em grandes quantidades, este ano diminuiu muito, a Prefeitura alega que faltam merendeiras, e também nas escolas estaduais ocorreu diminuição devido as greves e cortes do governo. ” Na próxima subseção é apresentada uma caracterização dos agricultores familiares que participam do PNAE no município de Santa Vitória do Palmar/RS.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES QUE PARTICIPAM DO PNAE NO MUNICÍPIO DE SANTA VITÓRIA DO PALMAR – RS.

De acordo com a EMATER (2017), os agricultores que participam do PNAE em Santa Vitória do Palmar- RS caracterizam-se como agricultores familiares, com pequenas áreas de terra que variam entre 0,5 a 180 ha próprias ou arrendadas, próximas da zona urbana onde exercem atividades de agricultura e pecuária. Praticamente todos criam animais como bovinos, ovinos, suínos, galinhas, em pequenas quantidades, e alguns possuem uma estrutura maior de produção (trator, estufas, canteiradeiras, etc.).

Aqueles que não possuem máquinas para o trabalho de produção de alimentos, como tratores por exemplo, podem recorrer à Secretaria Municipal de Agricultura, e mediante o pagamento de uma taxa conseguem que o trabalho seja executado pelas máquinas municipais.

A maioria dos agricultores familiares participantes do PNAE é aposentada, e a participação dos jovens na agricultura familiar do município é pequena. Relata-se a presença de casos em que a família parou de participar do PNAE, porque não havia familiar que desse continuidade à produção de alimentos. (EMATER, 2017).

Os agricultores vendem parte da produção para o PNAE por meio de projetos individuais elaborados pela EMATER, conforme pedidos das escolas estaduais e da Secretaria Municipal de Educação - SMED, e alguns produtores participam desde o início das aquisições de produtos da categoria social no município. (EMATER, 2017).

A caracterização dos agricultores familiares entrevistados que participam do PNAE em Santa Vitória do Palmar, pode ser observada no Quadro 2. As entrevistas realizadas com alguns agricultores familiares participantes do PNAE, em Santa Vitória do Palmar, demonstram que são famílias pequenas, geralmente o casal de aposentados, que continua produzindo alimentos porque gosta de desempenhar essa atividade e por proporcionar um aumento em sua renda.

É possível observar que apenas duas famílias têm média de idade inferior a 40 anos, a família 3 e a 6. De modo geral, a média de idade dos entrevistados é de 53,5 anos. É importante destacar que essa caracterização não é exclusividade dos agricultores inseridos no PNAE em Santa Vitória do Palmar, mas um fenômeno social associado ao êxodo rural, identificado e analisado por Camarano e Abramovay (1999), sobre envelhecimento no meio rural brasileiro. Essa questão

acaba colocando como reflexão a própria continuidade do programa no município, visto que houve poucas alterações de agricultores inseridos no programa desde seu início.

Quadro 2- Caracterização dos Agricultores Familiares Entrevistados

Entrevistados	Idades	Escolaridade	Início no PNAE	Produtos fornecidos ao PNAE	Mercado que acessa
Família 1: Casal e 1 filho adulto	58, 66, 20 anos.	Fundamental incompleto	2012	Frutas e legumes	-Feira -Mercados locais -PNAE
Família 2: Casal e 1 filho adulto	50, 51 e 20 anos.	Fundamental Incompleto (marido e filho). Esposa fundamental completo.	2012	Legumes	-Mercados locais -PNAE -Venda ambulante
Família 3: Casal e 2 filhos	37, 43, 4 e 15 anos	Ensino fundamental completo (marido). Médio completo (esposa). Fundamental incompleto (filha) e filho (Creche).	2012	Legumes	-Mercados locais -PNAE -Venda ambulante
Família 4: Casal.	60 e 69 anos.	Ensino fundamental incompleto.	2014	Frutas e legumes	-Feira -PNAE
Família 5: Casal, 2 filhos adultos	58, 49, 28 e 37 anos.	Ensino médio incompleto (marido) e os outros Ensino fundamental	2014	Legumes	-Feira -Ambulante -PNAE
Família 6: Casal e 1 filho adolescente	37, 40 e 12 anos	Ensino médio completo (adultos). Ensino fundamental incompleto (filho)	2014	Frutas e legumes	-Feira -Mercados locais -Cooperativa Sul Leite -PNAE.
Família 7: Casal	71 e 66 anos	Alfabetizado (marido) e esposa Ensino fundamental incompleto	2015	Frutas e legumes	-Feira -Mercados locais PNAE

Fonte: Elaborado pela autora com base nas entrevistas realizadas, (2017).

Como se pode observar, três das sete famílias entrevistadas participam do PNAE desde o início do programa em Santa Vitória do Palmar, e uma das famílias (Família 7) iniciou sua participação mais recentemente, em 2015. O grau de escolaridade dos entrevistados, em sua maioria, é o ensino fundamental incompleto, aqueles que concluíram o segundo grau ou ensino médio, aparecem apenas em duas das famílias entrevistadas.

Todos participam da Associação dos Agricultores Familiares de Santa Vitória do Palmar - AFASA, uma Família (6) participa da Cooperativa Sul Leite, e produzem

alimentos diversificados, que são comercializados em mercados locais, na Feira da Agricultura Familiar que acontece em um espaço central da cidade semanalmente, em vendas ambulantes, e no PNAE.

Antes do PNAE, os canais de comercialização utilizados pelos agricultores familiares eram os mercados locais, vendas de “porta em porta”, e o Programa Aquisição de Alimentos – PAA, que funcionou no município no período de 2006 a 2013. Conforme os depoimentos a seguir:

Participo da venda para a merenda escolar desde 2012, antes vendia “nas casas” e mercados. Depois que entrei na AFASA, comecei a vender na feira também. Com a venda para a merenda escolar tive que plantar mais legumes para entregar, e aumentei o tamanho da plantação. A família teve que se dedicar mais. Com a facilidade em conseguir crédito para os participantes do PNAE consegui comprar uma canteiradeira, que facilita o trabalho. Planto mais legumes como couve, abóbora japonesa, abóbora moranga, acelga, alface, beterraba, brócolis, cenoura, chuchu, couve-flor, couve, espinafre, fava, goiaba, mostarda, nabo, rabanete, rúcula, tempero verde, vagem. (Família 1).

Tudo o que se produzia era vendido nos mercados e para o PAA, que terminou. A EMATER fez o convite para vender para a merenda escolar, o que foi muito bom. Entramos na Associação e começamos a vender na feira também. Quase toda a plantação é de legumes como beterraba, couve, tempero verde, rabanete, fava, ervilha, entre outros, e de frutas plantamos bastante morangos, e um pouco de bergamotas e goiabas. (Família 4).

De acordo com os entrevistados todos produzem muitos legumes e algumas frutas como morango, goiaba, melancia, melão, dentre outros. Para os produtores, a regulamentação que define que 30% dos recursos que o FNDE repassa para o PNAE devem ser gastos em aquisição da agricultura familiar, incentiva a continuidade da atividade e beneficia as famílias, aumentando a renda e a produção, conforme os depoimentos:

Nos primeiros anos não participei da venda para a merenda escolar, porque não tinha produto para entregar pelas perdas na plantação por causa das condições climáticas. Eu produzia somente frutas, leite e algumas ovelhas. Quando comecei no PNAE a família teve que se organizar e disponibilizar mais tempo para o trabalho. Comecei a plantar legumes para o programa e para vender na feira, onde também vendo queijos, geleias e manteiga que faço artesanalmente. A assistência técnica da EMATER ajuda muito em todas as etapas da produção. (Família 6).

Com as entrevistas realizadas ficaram evidentes os benefícios do PNAE para a comercialização dos produtos da agricultura familiar local, principalmente depois

da paralisação do PAA no município, que representava um importante mercado institucional. Na subseção seguinte é detalhado o funcionamento do PNAE nas escolas municipais.

4.2 O PNAE NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SANTA VITÓRIA DO PALMAR

De acordo com a SMED (2017), os agricultores fornecem alimentos para 23 escolas e creches municipais, para o Centro de Referência Em Atendimento Educacional Especializado – CRAEE e para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE. Desse número total de escolas, seis estão situadas na zona rural, duas localizam-se nas praias do Hermenegildo e Barra do Chuí, e as outras quinze são escolas urbanas.

O total de alunos atendidos na rede municipal de ensino em 2017 totaliza 3.695 escolares divididos em:

- Ensino fundamental: 2.193 alunos;
- Ensino Médio: 125 alunos;
- Educação Infantil Escolas: 198 alunos;
- Educação de Jovens e Adultos – EJA: 315 alunos;
- Educação Infantil EMEI: 864 crianças. (SMED, 2017),

Ademais, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) atende 13 alunos, e o Centro de Referência Em Atendimento Educacional Especializado (CRAEE) 57 crianças.

A verba mensal é enviada pelo governo federal conforme o censo escolar do exercício anterior, sendo que, no mínimo, 30% desse valor é obrigatório que seja utilizado para a compra de alimentos da agricultura familiar local. Os alimentos não perecíveis, como arroz, feijão, óleo, dentre outros, são adquiridos de cooperativas de outro município. Apesar de Santa Vitória do Palmar ser um município com grande produção de arroz, esse alimento é produzido por produtores que possuem ou arrendam grandes áreas de terras, e não pelos agricultores familiares, que cultivam apenas frutas e legumes. (SMED, 2017).

O Quadro 3 apresenta os valores repassados pelo FNDE para o PNAE nas escolas municipais de Santa Vitória do Palmar-RS no período de 2011 até 2015, incluindo os valores e percentuais gastos com produtos da agricultura familiar local. (FNDE, 2017).

Quadro 3-Valores repassados pelo FNDE para o PNAE nas escolas municipais de Santa Vitória do Palmar-RS no período de 2011 até 2015

Ano	Número de agricultores	Valor transferido	Valor aquisição agricultura familiar	Percentual
2011		R\$ 272.760,00		0,00 %
2012	15	R\$ 296.832,00	R\$ 80.717,95	27,19 %
2013	15	R\$ 337.204,00	R\$ 91.954,98	27%
2014	10	R\$ 458.020,00	R\$ 67.362,60	15 %
2015	10	R\$ 444.660,00	R\$ 95.726,58	22%

Fonte: Ministério da Educação/FNDE.

É possível observar que o início do programa, em 2012, houve uma participação de 27,19% da agricultura familiar na alimentação escolar, fornecida por 15 agricultores. Esse percentual se mantém no ano seguinte, bem como o número de agricultores participantes do programa, no entanto, em 2014 o percentual de participação cai para 15%, e o número de agricultores fornecedores nesse ano é de 10. De acordo com a nutricionista responsável pelo programa, isso se deve ao fato de ter sido um ano com fortes chuvas, que provocaram perdas nas plantações, deixando inclusive alguns agricultores sem produto para entregar ao programa. Em 2015, o percentual de aquisições da agricultura familiar aumentou para 22%, contando com a participação do mesmo número de agricultores do ano anterior.

Segundo a SMED (2017), os alimentos são adquiridos dos agricultores pela modalidade de chamada pública, realizada a cada quatro meses, e se ocorrerem problemas como perdas nas plantações ou falta de verbas, há um aumento de dois meses em seu prazo de realização, sendo possível a participação de qualquer pessoa, desde que apresente a documentação solicitada.

A EMATER realiza o contato com os agricultores e elabora o projeto de entrega dos alimentos conforme o pedido enviado pela SMED, onde é feita a entrega dos alimentos que após são encaminhados para as escolas. (SMED, 2017). Esses alimentos são utilizados na preparação de refeições variadas para os alunos, de acordo com um modelo de cardápio fornecido pela nutricionista responsável pelo PNAE nas escolas municipais, conforme Quadro 4:

Quadro 4- Cardápio alunos de 06 a 15 anos (Tarde)

	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
Almoço	Arroz, feijão c/abóbora, guisado c/chuchu e batata	Arroz em camada c/guisado, repolho, cenoura, ovo picado e feijão	Massa, guisado c/molho, feijão, salada de beterraba cozida.	Arroz c/couve, almôndega c/molho e feijão	Arroz c/frango desfiado, feijão c/abóbora e salada de alface
Sobremesa	Sagu c/ gelatina	Creme de amido c/ achocolatado	Gelatina	Creme de amido	Suco de fruta natural
Lanche	Leite c/achocolatado e pão c/margarina	Canjica c/leite	Vitamina mamão c/aveia e pão c/margarina	Bebida láctea e cuca de maçã	Leite c/café e pão c/doce

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Santa Vitória do Palmar, (2017).

De acordo com o cardápio acima observa-se que nas refeições servidas nas escolas municipais são incluídos vários alimentos da agricultura familiar, e quando os agricultores não conseguem entregar algum produto, são feitas substituições com os alimentos disponíveis. (SMED, 2017). No Quadro 5 estão descritos os alimentos fornecidos pelos agricultores familiares para o PNAE, nas escolas municipais de Santa Vitória do Palmar e o valor dos contratos.

Quadro 5- Descrição dos produtos e valores dos contratos dos agricultores familiares que fornecem alimentos para o PNAE em Santa Vitória do Palmar nas escolas municipais, (2017).

	Produtos fornecidos	Valor Total do contrato (R\$)
Produtor 1	Abóbora japonesa, abóbora moranga, acelga, alface, beterraba, brócolis, cenoura, chuchu, couve-flor, couve, espinafre, fava, goiaba, mostarda, nabo, rabanete, rúcula, tempero verde, vagem	7.281,00
Produtor 2	Alface, batata doce, batata inglesa, beterraba	4.950,00
Produtor 3	Acelga, alface, batata doce, beterraba, couve, espinafre, mostarda, nabo, rabanete, rúcula, tempero verde, vagem	4.113,50
Produtor 4	Abóbora japonesa, abóbora moranga, acelga, alface, alho, batata doce, batata inglesa, beterraba, cebola, cenoura, couve, espinafre, fava, goiaba, mostarda, rabanete, rúcula, tempero verde	8.151,50
Produtor 5	Abóbora japonesa, abóbora moranga, acelga, alface, alho, batata doce, batata inglesa, beterraba, brócolis, cenoura, couve, couve-flor, ervilha, espinafre, fava, goiaba, mostarda, nabo, rabanete, repolho, rúcula, tempero verde, vagem	10.239,00
Produtor 6	Acelga, alface, beterraba, couve, nabo, rabanete, tempero verde	1.053,50
Produtor 7	Mel	4.000,00
Produtor 8	Abóbora japonesa, abóbora moranga, acelga, alface, alho, batata doce, beterraba, brócolis, cebola, cenoura, couve, ervilha, espinafre, fava, goiaba, melão, mostarda, nabo, pepino, rabanete, rúcula, tempero verde, vagem	9.900,50
Produtor 9	Abóbora japonesa, abóbora moranga, acelga, alface, alho, batata doce, beterraba, brócolis, couve, ervilha, espinafre, fava, mostarda, nabo, pimentão, rabanete, rúcula, tempero verde, tomate, vagem	7.768,00
Produtor 10	Leite past. Tipo C	11.250,00
Produtor 11	Abóbora japonesa, abóbora moranga, acelga, alface, batata doce, beterraba, brócolis, cenoura, couve-flor, couve, melancia, mostarda, nabo, pepino, rabanete, rúcula, tempero verde, tomate, vagem	5.733,50
Total (R\$)		74.440,50

Fonte: Elaborado a partir de dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Santa Vitória do Palmar, (2017).

O Quadro 5 mostra que os contratos apresentam valores de R\$ 1,053,50 até R\$ 11.250,00, sendo este o de maior valor, do Produtor 10 que fornece leite pasteurizado tipo C, que juntamente com o Produtor 7 que fornece mel, caracterizando-se como agroindústrias familiares. Os outros participantes são produtores individuais. Desses agricultores cinco produzem legumes e também frutas (Produtores 1, 4, 5, 8 e 11), e os outros seis apenas verduras e legumes (Produtores 2, 3, 6, 7, 9 e 10). (SMED, 2017). A relação fornecida pela SMED com os valores e quantidades dos produtos, está inserida no Apêndice C. A subseção seguinte apresenta o PNAE nas escolas estaduais do município.

4.3 O PNAE NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE SANTA VITÓRIA DO PALMAR

Conforme a entrevistada número 3, que atua na direção da Escola Estadual de Educação Básica Manoel Vicente do Amaral – a instituição que atende 900 alunos do ensino fundamental e médio –, o PNAE é um programa benéfico para a alimentação dos alunos.

A participação da agricultura familiar na alimentação escolar é muito positiva, porque fornece alimentos saudáveis e de excelente qualidade nutritiva que auxiliam no desenvolvimento dos alunos. Entre os agricultores que participam do PNAE procuramos manter uma rotatividade para atender os pedidos das quatro escolas estaduais, para que mais produtores possam participar do programa. Os produtores são bem conhecidos pela direção das escolas estaduais, por entregarem os alimentos diretamente nas mesmas desde o começo do PNAE. Uma das principais mudanças na agricultura familiar com a participação dos agricultores na merenda escolar foi a diversificação e o aumento na produção de hortaliças. O valor médio cobrado pelos alimentos é calculado por meio de uma pesquisa de preços. Após é elaborado um processo para a EMATER em forma de pedido com preços, e os técnicos confirmam o que cada agricultor tem para entregar. (Entrevistada N.º 3).

O Quadro 6 apresenta o número de agricultores que fornecem alimentos para a alimentação escolar das escolas estaduais de Santa Vitoria do Palmar e valores gastos com aquisição da agricultura familiar no período de 2011-2017. (EMATER, 2017).

Quadro 6- Número de agricultores que forneceram alimentos para as escolas estaduais de Santa Vitória do Palmar-RS no período de 2011 até 2017

Ano	Número de agricultores que forneceram alimentos para as Escolas Estaduais	Valor aquisição da agricultura familiar das Escolas Estaduais de SVP
2012	04	R\$ 875,80
2013	07	R\$ 5,751,05
2014	06	R\$ 6.311,00
2015	03	R\$ 2.295,50
2016	05	R\$ 5.321,38
2017	03	R\$ 3,541,95

Fonte: EMATER-SVP, (2017).

É possível observar que os valores de aquisições de alimentos da agricultura familiar pelas escolas estaduais do município aumentaram significativamente a partir de 2013. O valor de R\$ 875,80 no ano de 2012 se elevou para R\$ 5,751,05 no ano de 2013, isso se deve ao fato de que, segundo as informações fornecidas pela

EMATER, apenas uma escola estadual adquiriu alimentos da agricultura familiar nesse ano (2012), e no ano de 2013 outras escolas estaduais passaram a comprar frutas e legumes dos agricultores locais. O número de agricultores variou de três a sete, de 2012 a 2017.

A partir da caracterização do PNAE em Santa Vitória do Palmar, a próxima seção tem objetivo de evidenciar as mudanças produtivas ocorridas na agricultura familiar local, a partir da inserção de seus produtos na alimentação escolar.

5. MUDANÇAS PRODUTIVAS NA AGRICULTURA FAMILIAR A PARTIR DA INSERÇÃO DE SEUS PRODUTOS NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Segundo Dal Soglio (2016), os programas de compras públicas de alimentos aproximam produtor e consumidor e destacam e valorizam o trabalho dos agricultores familiares. Este capítulo procura mostrar as mudanças na produção da agricultura familiar, a partir da compra de alimentos para a merenda escolar pelo PNAE no município de Santa Vitória do Palmar.

Os agricultores entrevistados afirmaram que quando começaram a participar do PNAE passaram a produzir alimentos mais saudáveis, por evitarem o uso de agrotóxicos e priorizarem métodos alternativos de combate a pragas e para adubação, como o uso de adubo orgânico. Entre os participantes do programa, poucos utilizam adubos químicos, e os que o fazem procuram usar o mínimo possível. (EMATER, 2017). Segundo depoimento da entrevistada número 1 que atua na EMATER:

Inicialmente no município os agricultores familiares que participam do PNAE e da Associação dos Agricultores Familiares de Santa Vitória do Palmar, produziam os alimentos utilizando grande quantidade de agrotóxicos, e comercializavam os mesmos de porta em porta e em mercados. Quando começaram a participar do PNAE, algumas mudanças ocorreram, entre elas a assistência técnica voltada para a produção de alimentos utilizando produtos alternativos que não prejudicam o ambiente e os seres vivos, buscando a transição para sistemas de produção de base ecológica. (Entrevistada Nº. 1).

De acordo com Dal Soglio et al (2016), os agricultores que participam desses mercados locais e tem um contato direto com o consumidor, demonstram uma maior preocupação com a sustentabilidade de suas práticas produtivas, até por existir uma certa exigência das pessoas que adquirem esses produtos, quanto a maneira como são produzidos.

As famílias entrevistadas relataram que, com a participação no PNAE, a produção cresceu para atender mais esse mercado, e também a Feira da Agricultura Familiar realizada semanalmente. A família 6 mencionou que produzia somente frutas, e após a inserção no programa passou a produzir também legumes diversos, e a família 5, plantava somente legumes, e com a participação no PNAE foi possível cultivar morangos e outras frutas. Não existe uma divisão de tarefas entre os

membros, todos fazem de tudo, a mão de obra é toda familiar, e existe o comprometimento de todos os membros da família com as etapas produtivas, por tirarem daí o seu sustento. Os relatos a seguir comprovam essas mudanças de aumento e diversificação da produção, para atender a demanda do programa e da Feira.

Com a entrada no PNAE e a Feira, plantamos mais coisas e o trabalho aumentou, todos precisam ajudar, o filho trabalha fora, mas ajuda na propriedade quando está em casa. Também passei a fazer bolos, pães e doces para vender na Feira. Sobra menos tempo, mas é bom trabalhar e não dá para parar. (Família 1).

Antes de participar do PNAE somente se produzia frutas como melancia, melão, dentre outros, com a participação na merenda escolar, começamos a produzir legumes como abobora japonesa, acelga, alface, beterraba, couve-flor, tempero verde, pepino, cenoura, mostarda. A EMATER foi fundamental nesse aumento e diversificação da produção, com a assistência técnica em todas as etapas produtivas, passamos a fazer o planejamento da produção, para obter um maior e melhor rendimento da atividade. (Família 6).

Dentre a variedade de legumes e frutas produzidas pela agricultura familiar, estão os morangos, conforme a Figura 3, que mostra parte da produção de morangos da Família 4, participante do PNAE.

Figura 3- Produção de morangos da Família 4



Fonte: Marcia Teixeira, (2017)

O Quadro 7 apresenta as principais mudanças na produção de alimentos dos agricultores familiares de Santa Vitória do Palmar, com a inserção de produtos da agricultura familiar na alimentação escolar por meio da participação no PNAE. (EMATER, 2017).

Quadro 7-Principais mudanças produtivas na agricultura familiar de Santa Vitória do Palmar com a participação no PNAE

Antes do PNAE	Depois do PNAE
- Utilizavam muitos agrotóxicos	- Os participantes do programa reduziram significativamente o uso de agrotóxicos
- Produziam pouca variedade de legumes	- Diversificaram a produção, plantando mais tipos de frutas e legumes
- Vendiam informalmente	- Passaram a vender formalmente para o programa
- Um ou dois membros da família trabalhavam na produção	- Com o aumento do trabalho todos os membros precisaram participar das atividades produtivas e assumir responsabilidades

Fonte: EMATER, 2017.

De acordo com o depoimento da entrevistada número 2 “O programa proporciona aos pequenos agricultores um incentivo para continuarem com suas atividades, e melhora a qualidade da merenda escolar oferecida aos alunos. ” A Família 7 afirmou em seu depoimento que:

Com a participação no PNAE passei a plantar mais e com uma maior variedade, tenho espaço para aumentar a produção, mas não consigo fazer isso por falta de mão de obra, porque somente a esposa ajuda, e se aumentar, não conseguimos dar conta. Procuro plantar mais o que pedem na alimentação escolar. (Família 7).

Com as entrevistas ficou evidente que um fator limitante para o aumento da produção em algumas famílias (4 e 7) é a mão de obra, por morar apenas o casal na propriedade, eles não conseguem dar conta de mais serviço.

Ainda, a inserção no PNAE provocou mudanças produtivas em relação à diversidade de produtos, os agricultores passaram a cultivar vários tipos de alimentos que anteriormente não plantavam. Apesar de ter aumentado, a produção de frutas ainda não consegue atender toda a demanda do município, tanto em quantidade quanto em variedade, muitas são trazidas de fora do município para serem vendidas no comércio local. Mas com o incentivo e apoio da EMATER, aos poucos mais espécies de frutas vêm sendo cultivadas nas propriedades. Na seção

seguinte é apresentada a organização social dos agricultores familiares no município, e o que mudou com a participação dos mesmos no PNAE.

6. ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES INSERIDOS NO PNAE

Com a participação dos agricultores familiares de Santa Vitória do Palmar no PNAE, algumas mudanças ocorreram na agricultura familiar local, como por exemplo, uma maior integração entre os produtores. Para organizar uma Feira, e trocar experiências e auxílio, entre os agricultores participantes do PNAE, a EMATER fomentou a criação de uma associação, que foi fundada em 31 de maio de 2012, denominada de Associação dos Agricultores Familiares de Santa Vitória do Palmar – AFASA. (EMATER, 2017).

A criação da Associação contou com o apoio da Secretaria Municipal de Agricultura e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e teve como principal objetivo unir, fortalecer e organizar os agricultores familiares do município, principalmente aqueles que participam do PNAE. A Associação foi criada a partir do PNAE, mas não para acessar o programa. Como está especificado em seu objetivo, ela busca integrar e organizar os agricultores familiares.

Entre as contribuições da AFASA para o programa, está no auxílio que os membros e participantes do PNAE prestam uns aos outros, por exemplo, se um dos agricultores fica sem produto para entregar, aquele produtor que tiver fornece o alimento; também na hora de adquirir as sementes, todos juntam os pedidos e somente um vai comprar. Para os agricultores terem acesso aos projetos do governo federal dirigidos à agricultura familiar, precisam estar organizados em uma Associação, e também por meio da organização conseguem preços melhores de insumos. (EMATER, 2017).

Os sócios fundadores são todos produtores de hortaliças e de leite, mas qualquer: produtor familiar do município pode participar. Todas as famílias que participam do PNAE são sócias da AFASA, e entre as vantagens que essa participação proporciona, está o acesso ao crédito. Também se destaca o auxílio em relação à documentação e outras questões que possibilite o acesso às políticas públicas direcionadas a essa atividade. (EMATER, 2017). Conforme depoimento da entrevistada Nº.1:

Foi criada uma feira em uma praça central da cidade, para que os agricultores pudessem vender seus produtos diretamente aos consumidores, aumentando sua renda sem a participação de intermediários

nas vendas. Na Feira da Agricultura Familiar, que é realizada nas terças, quintas e nos sábados, são comercializadas, frutas, legumes, e alimentos industrializados de forma artesanal, como queijos, manteiga, geleias, licores, e artesanato, produzidos pelos agricultores familiares locais. Vendendo na Feira os agricultores resgatam sua autoestima, por serem vistos sob outro olhar, sem desconfiança, visto que nas vendas de porta em porta, ocorria de não serem recebidos em algumas residências por receio dos moradores. Quando falta produto para um produtor, o participante que tiver fornece, e assim todos se auxiliam, inclusive mantendo os preços iguais, para que ninguém se sobreponha ao coletivo. (Entrevistada Nº. 1).

A questão burocrática, que atrasa as chamadas públicas e as entregas nas escolas municipais, ocasionando perdas aos agricultores devido ao tempo de colheita das plantas, está sendo discutida e analisada pela EMATER, Prefeitura (SMED e Departamento de Compras), e agricultores, para tentar buscar uma solução que agilize todo o processo. De acordo com a Família 3: “ Essa lentidão burocrática já provocou perdas em produtos como a batata inglesa, que se passar do tempo, murcha e começa a brotar. ” Isso afasta alguns produtores do PNAE, e faz com que prefiram continuar vendendo na informalidade. (EMATER, 2017).

Conforme Triches e Schneider (2012), com a inserção dos alimentos da agricultura familiar local no PNAE, surge a necessidade de uma adequação dos envolvidos, bem como do processo em si, uma vez que os agricultores vendiam seus produtos de maneira informal, e quando passam a fornecer alimentos para alimentação escolar precisam desenvolver uma relação com instituições, gestores e mediadores (TRICHES E SCHNEIDER, 2012, p.02). Conforme o depoimento a seguir, no município existem alguns agricultores que preferem continuar na informalidade, sem compromissos de entregas de alimentos:

Tem casos de produtores que não participam do PNAE por não possuírem a documentação exigida, por não terem como produzir uma quantidade maior de alimentos para entregar ao programa, ou até por se desanimarem diante da burocracia, atrasos nas chamadas públicas que dificultam as entregas, porque as plantas têm o tempo certo de serem colhidas. (Entrevistada Nº. 1).

Atualmente é feita uma reunião mensal, realizada uma vez em cada propriedade de um dos vinte sócios participantes, sempre com a presença da EMATER, que por meio dos técnicos procura organizar, apresentar novas técnicas e cursos para capacitação dos produtores, e orienta os agricultores esclarecendo possíveis dúvidas, inclusive sobre o PNAE. O atual presidente da AFASA participa

da Associação e da Feira há seis meses, e possui uma agroindústria de doces e licores. (EMATER, 2017).

Os entrevistados ressaltaram que a Associação foi fundamental no desenvolvimento da agricultura familiar local e no PNAE, sendo que, quem participa da AFASA tem prioridade para vender para a alimentação escolar. Todos se ajudam, e dessa forma conseguem vencer as dificuldades e continuar produzindo. Também evidenciaram a participação do trabalho de extensão rural feito pela EMATER, capacitando, orientando e trazendo novas técnicas de produção, conforme alguns relatos das famílias ouvidas:

Os cursos da EMATER são muito bons, aprendi algumas coisas. Eu gosto porque permitem que a gente fale o que sabe, o jeito que a gente faz as coisas. E com a ajuda dos técnicos plantamos outras coisas, mais variedades. (Família 7).

Depois que começamos a vender para a merenda, sempre que precisamos a EMATER ajuda, e com a Feira temos um lugar onde todos podem vender seus produtos e se ajudar. Trabalhamos muito, mas estamos colhendo os resultados. (Família 3).

A Família 6 participa também da Cooperativa Sul Leite, a Família 7 da Associação dos Trabalhadores da Lavoura de Arroz (ATLA); as Famílias 2, 3 e 5 da Associação Vitória Certa e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Vitória do Palmar as Famílias 1, 4 e 5. (EMATER, 2017). De acordo com o relato de uma das entrevistadas que atua na EMATER, entidade que idealizou e organizou a criação da AFASA:

O PNAE possibilitou a organização dos agricultores, e que eles passassem a pensar coletivamente, e não mais individualmente como faziam, e incentivou o associativismo local. O programa foi fundamental para a criação da Associação e para o começo do desenvolvimento da agricultura familiar local". (Entrevistada Nº.1).

A interação entre os agricultores que resultou da participação no PNAE resgatou a autoestima dos mesmos. Os entrevistados afirmaram que não tem vergonha de viverem "com a mão na terra", se orgulham de produzir alimentos mais saudáveis e afirmam que conseguem ter uma vida confortável.

A próxima seção tem o objetivo de evidenciar os resultados econômicos obtidos a partir da comercialização no mercado institucional, relacionando às mudanças na renda dos agricultores e na economia de Santa Vitória do Palmar/RS.

7. RESULTADOS ECONÔMICOS OBTIDOS A PARTIR DA COMERCIALIZAÇÃO NO MERCADO INSTITUCIONAL

De acordo com os entrevistados, com a abertura de um novo mercado para a venda dos alimentos produzidos pela agricultura familiar de Santa Vitória do Palmar, constituído pelo PNAE, e posteriormente pela Feira da Agricultura Familiar, as vendas aumentaram, melhorando a renda dos participantes. É importante destacar também que a sinalização de preço reduz as incertezas no processo de comercialização. De acordo com alguns entrevistados:

Antes de participar do programa a renda da família vinha da aposentadoria e da venda de alguns produtos em mercados locais. Com as vendas na Feira e para o PNAE consigo chegar a mais ou menos R\$ 2.500,00 mensais. Esse valor varia de acordo com o contrato. (Família 2).

Com a Feira e as vendas para a merenda escolar consigo uns 2,5 salários por mês, a gente sempre recebe, pode atrasar, mas pagam. Eu consegui comprar algumas vacas para produzir leite e equipamentos para usar no trabalho. (Família 3).

Os entrevistados não souberam precisar a renda exata das famílias, responderam com um valor “mais ou menos”, deixando claro que não se sentem à vontade para revelar valores, mas afirmam que, com o aumento das vendas (PNAE e Feira), houve uma melhora econômica.

A Família 7 declarou que: “Antes do PNAE a renda mensal era de R\$ 2.000,00 por mês, e na época de vendas para a merenda escolar consigo receber R\$ 4.000,00, os preços são melhores que os oferecidos pelo comércio.” As Famílias 3, 4 e 5 afirmaram que, antes da participação na alimentação escolar, tinham uma renda de 1 salário, e com o programa conseguem chegar a R\$ 1.500,00 mensais, variando de acordo com as vendas.

Esse resultado econômico positivo com a participação da agricultura familiar local na alimentação escolar, é confirmada pela entrevista da extensionista da EMATER (Entrevistada Nº.1), que afirma que “A comercialização para o PNAE gera uma renda garantida, que muitos agricultores utilizam em investimentos nas propriedades.” A regulamentação que definiu que 30% dos recursos que o FNDE repassa ao PNAE para a alimentação escolar devem ser gastos em produtos da

agricultura familiar, foi fundamental para que ocorresse uma melhora na condição socioeconômica dos agricultores familiares locais. (EMATER,2017).

Para Belik (2011), a certeza da movimentação dos valores transferidos pelo Governo Federal para a merenda escolar dos estados e municípios, oportuniza que o setor agrícola e pecuário local participem criando oportunidades de trabalho para a população.

Isso demonstra a importância econômica do PNAE, que vai além do aumento de renda para os produtores, e envolve a economia do município. Conforme Turpim (2008), “O primeiro aspecto importante a ser citado é a retenção dos recursos do governo municipal na própria localidade, aumentando a circulação de riqueza local. ”

Ainda de acordo com Turpim (2008) “A compra de alimentos para a merenda de pequenos produtores locais traz benefícios tanto para os alunos e a administração pública, quanto para os produtores envolvidos e para a economia da região. ” Conforme relatos das famílias entrevistadas a seguir:

Hoje boa parte da produção em destino certo: a merenda escolar. A renda da família aumentou com o PNAE e a Feira, as pessoas querem alimentos saudáveis, todos os dias de Feira, tem movimento, alguns mais que os outros. (Família 5).

Vendendo para a merenda escolar e na Feira, consegui arrendar mais uma área de terra aqui do lado da minha propriedade, com 0,5 ha, para plantar mais. Também comprei uns terneiros, que quando ficarem maiores, vendo. Nossa renda varia, as vezes vendemos mais, outras menos. (Família 4).

De acordo com a Família 5, formada pelo casal e dois filhos adultos, que fornecem legumes para o PNAE, o programa melhorou a renda (o entrevistado não soube precisar o valor da mesma), e com isso foi possível construir estufas e plantar mais frutas, principalmente morangos, que hoje são produzidos em grande quantidade e comercializados na Feira e em vendas ambulantes. A Família 3 declarou que parte do dinheiro da alimentação escolar foi investido em lonas e sementes para aumentar a produção.

Segundo a EMATER (2017), o material que os agricultores compram para investir na propriedade é adquirido no comércio local, e essas compras movimentam a economia da cidade, porque embora sejam feitas em pequenas quantidades, é necessário que haja uma manutenção periódica das instalações.

Conforme a Família 4, a compra de parte da produção pelo PNAE proporciona um complemento para a renda do casal de aposentados: “O produtor sabe que fornecendo o produto, vai ter o pagamento. ”

Analisando o antes e o depois do PNAE em Santa Vitória do Palmar e o conteúdo das entrevistas realizadas, percebe-se que o programa rompeu a estagnação da agricultura familiar local e proporcionou o crescimento da mesma, não somente o crescimento produtivo, mas também o econômico, gerando mais vendas. Em relação aos outros canais de comercialização (Feira, mercados e vendas ambulantes) acessados pelos agricultores familiares locais, o PNAE aparece como o mais importante, pelo volume de produtos e valores. Na próxima seção são apresentadas as considerações finais.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Trabalho de Conclusão de Curso buscou analisar a participação dos agricultores familiares de Santa Vitória do Palmar no PNAE, enfatizando as contribuições e os desafios que emergem a partir da inserção dos mesmos no Programa.

Partindo dessa discussão apresentada foi possível identificar os desafios que o programa apresenta no município, como a agilização da burocracia; a possibilidade de aumentar o número de agricultores participantes do programa; o aumento e diversificação da produção de frutas; a continuidade do PNAE local, motivando os jovens a permanecerem na agricultura familiar; e a ausência de mão de obra, que em alguns casos leva o produtor a interromper a atividade.

Entre as perspectivas do PNAE em Santa Vitória do Palmar observa-se que elas estão relacionadas aos desafios, como a melhora na parte burocrática que necessita do comprometimento de todos os envolvidos no processo; o aumento de agricultores participantes do programa, que vem sendo estimulado pela EMATER por meio de palestras e reuniões; quanto a produção de frutas, aos poucos são inseridas mais árvores frutíferas nas plantações; e referente a continuidade do PNAE local, o aumento da renda e a melhora na qualidade de vida podem servir de atrativos para os jovens permanecerem nas propriedades familiares.

Após a realização das entrevistas é possível evidenciar a importância do PNAE para os agricultores e para o município, destacando os benefícios que surgiram com a participação da agricultura familiar local na merenda escolar. Entre esses benefícios podemos citar o estímulo ao associativismo; a capacitação dos produtores locais por meio de cursos e palestras promovidas pela EMATER; o aumento e a diversificação da produção de alimentos; a transição para uma produção de base ecológica que preserva o ambiente e não prejudica os seres vivos; o crescimento da comercialização pelas vendas no programa e também na Feira, gerando mais renda para as famílias e uma melhor qualidade de vida; a melhora da auto estima dos agricultores, que com o apoio que recebem devido a participação na merenda escolar, sentem-se valorizados, com orgulho do seu trabalho; e também alimentos mais saudáveis na merenda dos alunos das escolas e creches públicas, conforme relatam alguns entrevistados:

O programa consegue atingir seus objetivos de incentivar a agricultura familiar local e proporcionar uma alimentação com qualidade nutricional aos alunos, apesar da adesão dos agricultores familiares ainda ser pequena, em razão de muitos não conseguirem aumentar a produção para atender a demanda do PNAE, e alguns (poucos) não possuem bloco de produtor rural, não estando devidamente formalizados. Também alguns produtores se desanimam com a burocracia que envolve o processo de compras para o PNAE no município, e outros ainda preferem continuar comercializando a produção excedente no comércio local, nas propriedades e vendendo de “porta em porta”.

Porém segundo a EMATER (2017), com os resultados positivos apresentados pelos participantes do PNAE, a estimativa é de que aumente a participação dos agricultores no programa. Também a agricultura familiar em Santa Vitória do Palmar tem um grande potencial para crescer e atender uma demanda por alimentos mais saudáveis que está aumentando visivelmente. Isso se comprova em alguns dias da Feira da Agricultura Familiar, quando em poucas horas todos os produtos são vendidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. LEI Nº 11.947 DE 16 DE JUNHO DE 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica**; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/_leis2009.htm. Acesso em 29 de outubro de 2017.

BELIK, W; CHAIM, N. A; WEIS, B. **Programa Nacional De Alimentação Escolar Como Instrumento De Promoção Do Desenvolvimento Local**. 2011. Disponível em [https://www.google.com.br/search?q=ia+e+Cátia+Documento+PDF+BELIK%252c+CHAIM+.+\(2011\)+pnae+e+desenvolvimento+local](https://www.google.com.br/search?q=ia+e+Cátia+Documento+PDF+BELIK%252c+CHAIM+.+(2011)+pnae+e+desenvolvimento+local). Acesso em 25 de outubro de 2017.

CALDAS, E. de L; ÁVILA, M. L; **Continuidade de políticas públicas e o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Revista Espaço Acadêmico, Maringá, v. 13, n. 148, p. 77-84, set. 2013. Disponível em <http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/45577>. Acesso em 30 de setembro de 2017.

CAMARANO, A. A; ABRAMOVAY, R. **Êxodo Rural, Envelhecimento E Masculinização No Brasil: Panorama Dos Últimos 50 Anos**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA. Rio de Janeiro, 1999. Acesso em 10 de novembro de 2017. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0621.pdf

DAL SOGLIO, F.; KUBO, R. R. (Orgs.) **Desenvolvimento, Agricultura e Sustentabilidade**. Capítulo 1 e 6. Coordenado pela SEAD/UFRGS, Porto Alegre. Editora da UFRGS. 2016. 251 p.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL-EMATER. RS. Maria Inez Vieira. Depoimento. Entrevistadora: M. R. A, Teixeira. Santa Vitória do Palmar-RS: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, 2017. Entrevista concedida para a elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural-PLAGEDER.

FORNAZIER, A; BELIK, W. **Inserção dos produtores familiares no mercado de alimentos para a alimentação escolar**. 2011. Grupo de Trabalho: GT 11 – Ruralidades e Meio Ambiente. Anais do Evento Seminário Sociologia Política PPGSOCIO/UFPR - PPGCP/UFPR. Disponível em www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br. Acesso em 20 de outubro de 2017.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. **Perfil socioeconômico dos municípios**. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br> Acesso em 18 de junho. 2017.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE. **Sobre o Pnae**. 2009. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao->

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. UAB/UFRGS - Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p. (Série Educação a Distância).

Gil, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008. 220 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades**. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=431730&idtema=1&search=rio-grande-do-sul|santa-vitoria-do-palmar|censo-demografico-2010:-sinopse-> Acesso em 02 de setembro de 2017.

MATEI, A. P; FILIPPI, E. E. **O Bioma Pampa e o desenvolvimento socioeconômico em Santa Vitória do Palmar**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v.34, Número Especial, p. 739-764, 2013. Acesso em 08 de outubro de 2017.

MDA. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Agricultura familiar e Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>> Acesso em: 25 de agosto de 2017.

MELÃO, I. B. **PRODUTOS SUSTENTÁVEIS NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: O PNAE NO PARANÁ**. Cad. IPARDES. Curitiba, PR, e ISSN 2236-8248, v.2, n.2, p. 87-105, jul. /dez. 2012,

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA – FAO. **Programas e Projetos**. Disponível em <http://www.fao.org/brasil/programas-e-projetos/programa/pt/>. Acesso em 22 de agosto de 2017.

PEIXINHO, A; SCHWARTZMAN, F; BALABAN, D; GALANTE, A. P; RIMKUS, L. **Alimentação Escolar no Brasil e nos Estados Unidos**. O Mundo da Saúde, São Paulo: 2011;35(2):128-136.

PEIXINHO, A. M. L; **A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional**. Ciência & Saúde Coletiva, 18(4):909-916, 2013. Disponível em <http://www.redalyc.org/html/630/63026309004>. Acesso em 08 de outubro de 2017.

RIBEIRO, A. L. de P; CERATTI, S; BROCH, D. T. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul**. REVISTA GESTÃO E DESENVOLVIMENTO EM CONTEXTO- GEDECON VOL.1, Nº. 01, 2013. Disponível em <http://www.revistaeletronica.unicruz.edu.br/index.php/GEDECON/article/viewFile/282/222>. Acesso em 30 de setembro de 2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SMED. Veruskha Anacker. Depoimento. Entrevistadora: M. R. A, Teixeira. Santa Vitória do Palmar-RS: Secretaria Municipal de Educação-SMED, 2017. Entrevista concedida para a elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural-PLAGEDER.

SCHWAB, Berenice Brandão. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE no município de Santa Vitória do Palmar-RS:** depoimento. Entrevistadora: M. R. A, Teixeira. Santa Vitória do Palmar-RS: Escola Estadual de Educação Básica Manoel Vicente do Amaral, 2017. Entrevista concedida para a elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural-PLAGEDER.

TRICHES, R. M.; GRISA, C. **Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência.** REVISTA NERA – ANO 18 Nº. 26 – EDIÇÃO ESPECIAL 2015 – Acesso em 14 de abril de abril de 2017.

TRICHES, R. M; SCHNEIDER, S. **Desestruturar Para Construir: Interfaces Para Agricultura Familiar Acessar O Programa De Alimentação Escolar.** Revista Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), Rio de Janeiro, V. 1, p. 66-106, 2012.

TURPIM, M. E. **A Alimentação Escolar como Fator de Desenvolvimento Local por meio do Apoio aos Agricultores Familiares.** Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 16(2): 20-42, 2009.

TURPIM, M. E; **A Alimentação Escolar Como Vetor De Desenvolvimento Local E Garantia De Segurança Alimentar E Nutricional.** Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Campinas, SP. 2008.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMI ESTRUTURADAS

ESCOLAS/ SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

- a). Como avalia a participação da agricultura familiar na alimentação escolar?
- b). Quais foram os agricultores familiares que forneceram alimentos para a merenda? (Procurar obter a listagem...)
- c). Foram sempre os mesmos agricultores, ou houve rotatividade?
- d). Que tipo de alimentos forneceram entre os anos de 2009 e 2016?
- e). Na maioria dos casos, cada agricultor fornece um tipo de produto específico? Ou é diversificado?
- f). Qual a quantidade de alimentos fornecido?
- g). Qual o valor/ano recebido pelos alimentos?
- h). Conhece pessoalmente estes agricultores? Conseguiria caracterizá-los social e economicamente (pequenos ou médios agricultores, mais pobres ou mais estruturados, com pouco terra etc.)
- i) Como eles entregam os alimentos na escola? Isso mudou ao longo do tempo?
- j). Observa alguma mudança nos agricultores familiares depois do início da participação no Programa?
- k). Como calculam o valor médio cobrado pelos alimentos?
- l). Como funciona o processo de chamada pública dos produtos da agricultura familiar?

TÉCNICO DA EMATER

- a). Como começou as compras para o PNAE? Qual ano? Quais foram as dificuldades?
- b). Houve procura por parte dos agricultores familiares para que a EMATER encaminhasse projetos ou que dessa assistência técnica em função da regulamentação da lei? Se sim, quais? Se não, por quê?
- c). Em que aspectos a EMATER contribuiu para que os agricultores familiares fornecessem alimentos à merenda escolarizada?

- d). Quem são os agricultores que entregam para o PNAE (pedir para caracteriza-los socioeconomicamente, condição de terras, o que produzem, renda... entregam na forma individual ou coletivo etc.)?
- e). Houve mudanças em relação à orientação técnica dada aos agricultores familiares após a regulamentação da Lei do PNAE em 2009? Se sim, quais? Se não, por quê?
- f). Desde o início da participação dos agricultores no PNAE até agora, observa algumas mudanças nos agricultores familiares? Mudanças produtivas? Mudanças em termos socioeconômicos? Mudanças na organização social? Mudanças na família?
- g). De que forma a EMATER tem contribuído para a organização social dos agricultores familiares de Santa Vitória do Palmar?
- h) A EMATER contribuiu com a criação da Associação? Se sim, qual o motivo para que a EMATER se envolvesse?
- i). Em termos gerais, como avalia a participação da agricultura familiar na alimentação escolar?
- j). Em quais outras organizações dos agricultores familiares está presente? De que forma auxilia?

AGRICULTORES FAMILIARES

- a). Desde que ano a família participa do PNAE? Teve algum ano que não participou? Por quê?
- b). Vocês acessam outros mercados, além do institucional? Se sim, desde quando?
- c). Como os senhores avaliam o Programa do PNAE após a regulamentação que define que 30% dos recursos que o FNDE paga por aluno para a merenda escolarizada ou municipalizada deva ser gasta com a aquisição de alimentos da agricultura familiar?
- d) A regulamentação trouxe vantagens econômicas para a família? Se sim, quais? Se não, por quê?
- e) O senhor observa que houve alguma mudança na renda da família? (Se houve aumento ou diminuição, tentar estimar em percentual ou valor). Qual era a renda mensal da família antes do PNAE (pedir para estimar)? Qual é a renda mensal da família agora com o PNAE?

- f) A família precisou fazer alguma mudança na organização da propriedade para atender a demanda do PNAE? Quais? Por quê?
- g) O que produzia antes e o que produz agora? Mudou alguma coisa? Por que?
- h). Como os senhores avaliam a capacidade produtiva da propriedade em relação aos produtos vendidos? Podem aumentar ou já está em sua capacidade máxima?
- i). Houve alguma mudança na organização do trabalho da família (divisão de responsabilidades entre os membros) depois do início da participação no PNAE?
- j). Houve necessidade de buscar assistência técnica e/ou financiamentos para atender a demanda do PNAE? Por quê? Como isso aconteceu?
- k) Caso não atendessem o mercado do PNAE, o que a propriedade estaria produzindo? E atenderia qual demanda?
- l). Os senhores são sócios em alguma Cooperativa ou Associação de agricultores familiares? Já estavam associados antes do PNAE ou se associaram depois?
- m) (Se a cooperativa ou associação foi criada a partir do PNAE ou se ele começou a participar depois do PNAE) como avalia a participação na organização?
- n) Em que aspectos estas entidades colaboram com a organização da propriedade, com a produção e/ou comercialização dos produtos agrícolas?
- o) A existência destas organizações é fundamental para a família atender a demanda do PNAE? Por quê?

ASSOCIAÇÃO/ COOPERATIVA

- a). Em que ano e porque surgiu a Associação dos agricultores familiares em Santa Vitória do Palmar? Qual a importância da Associação para os agricultores familiares?
- b). Qual a influência da Associação sobre os agricultores que atendem a demanda do PNAE?
- c) O que o grupo de agricultores associados têm de vantagem ao participar da associação para comercializar seus produtos?
- d). Para quais mercados a associação comercializa?
- e). Qual a importância do PNAE para a associação?
- f) O que mudou na Associação ao longo dos anos participando do PNAE?
- g). Como avalia o PNAE para a associação e para os agricultores que comercializam ao programa?

h). Houve alguma mudança na produção dos agricultores familiares desde o início da participação no PNAE? E nas condições socioeconômicas?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO

Trabalho de Conclusão de Curso INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL – UFRGS

NOME: _____

RG/CPF: _____

Este **Consentimento Informado** explica o Trabalho de Conclusão de Curso “O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no município de Santa Vitória do Palmar/RS” para o qual você está sendo convidado a participar. Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar.

Aceito participar do **Trabalho de Conclusão de Curso** “O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no município de Santa Vitória do Palmar/RS” – **do Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER**, que tem como objetivo “mostrar o funcionamento do PNAE no município de Santa Vitória do Palmar/RS”.

A minha participação consiste na recepção do aluno “Marcia Roselaine Acosta Teixeira” para a realização de entrevista.

Fui orientado de que as informações obtidas neste Trabalho de Conclusão serão arquivadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e que este projeto/pesquisa resultará em um **Trabalho de Conclusão de Curso** escrito pelo aluno. Para isso, () **AUTORIZO** / () **NÃO AUTORIZO** a minha identificação (e a da propriedade/agroindústria/cooperativa/outra para a publicação no TCC.)

Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, estando de acordo.

Assinatura _____

(Santa Vitória do Palmar), ____/____/2017

APÊNDICE C

Lista dos produtos e quantidades fornecidas pela agricultura familiar de Santa Vitória do Palmar – RS ao PNAE para as escolas municipais, no ano de 2017.

Produtor	Produto	Quantidade	Valor Unidade	Valor Total
Produtor 1	Abóbora japonesa	100 kg	R\$3,50	R\$350,00
	Abóbora moranga	40 kg	R\$ 2,50	R\$100,00
	Acelga	140 atados	R\$ 2,50	R\$350,00
	Alface	100 pés	R\$ 2,50	R\$250,00
	Beterraba	40 kg	R\$ 4,00	R\$160,00
	Brócolis	80 un.	R\$ 4,00	R\$320,00
	Cenoura	135 kg	R\$ 3,50	R\$472,00
	Chuchu	100 kg	R\$ 4,00	R\$400,00
	Couve - flor	100 un.	R\$ 4,00	R\$400,00
	Couve	150 atados	R\$ 2,50	R\$375,00
	Espinafre	226 atados	R\$ 2,00	R\$452,00
	Fava	80 kg	R\$ 12,00	R\$960,00
	Goiaba	200 kg	R\$ 7,00	R\$1.400,00
	Mostarda	100 atados	R\$ 2,50	R\$250,00
	Nabo	22 kg	R\$ 2,00	R\$44,00
	Rabanete	30 molhos	R\$ 2,50	R\$75,00
	Rúcula	57 atados	R\$ 2,50	R\$142,50
	Tempero verde	60 molhos	R\$ 2,50	R\$150,00
Vagem	90 kg	R\$ 7,00	R\$630,00	
TOTAL				R\$ 7.281,00
Produtor 2	Alface	100 pés	R\$ 2,50	R\$250,00
	Batata Doce	100 kg	R\$ 4,00	R\$400,00
	Batata Inglesa	1000 kg	R\$ 3,50	R\$3.500,00
	Beterraba	200 kg	R\$ 4,00	800,00
TOTAL				R\$ 4.950,00
Produtor 3	Acelga	140 atados	R\$ 2,50	R\$350,00
	Batata Doce	100 kg	R\$ 4,00	R\$395,00
	Alface	158 pés	R\$ 2,50	R\$400,00
	Beterraba	60 kg	R\$ 4,00	R\$240,00
	Couve	150 atados	R\$ 2,50	R\$375,00
	Espinafre	230 atados	R\$ 2,00	R\$460,00
	Mostarda	280 atados	R\$ 2,50	R\$700,00
	Nabo	28 kg	R\$ 2,00	R\$56,00
	Rabanete	30 molhos	R\$ 2,50	R\$75,00
	Rúcula	57 atados	R\$ 2,50	R\$142,50
	Tempero verde	60 molhos	R\$ 2,50	R\$150,00
Vagem	110 kg	R\$ 7,00	R\$770,00	
TOTAL				R\$ 4.113,50

Produtor 4	Abóbora japonesa	300 kg	R\$3,50	R\$1.050,00
	Abóbora moranga	40 kg	R\$ 2,50	R\$100,00
	Acelga	140 atados	R\$ 2,50	R\$350,00
	Alface	127 pés	R\$ 2,50	R\$317,50
	Alho	02 kg	R\$ 20,00	R\$40,00
	Batata Doce	100 kg	R\$ 4,00	R\$400,00
	Batata Inglesa	300 kg	R\$ 3,50	R\$1.050,00
	Beterraba	100 kg	R\$ 4,00	R\$400,00
	Cebola	300 kg	R\$ 3,50	R\$1.050,00
	Cenoura	100 kg	R\$ 3,50	R\$350,00
	Couve	150 atados	R\$ 2,50	R\$375,00
	Espinafre	226 atados	R\$ 2,00	R\$452,00
	Fava	80 kg	R\$ 12,00	R\$960,00
	Goiaba	50 kg	R\$ 7,00	R\$350,00
	Mostarda	180 atados	R\$ 2,50	R\$450,00
	Rabanete	30 molhos	R\$ 2,50	R\$75,00
	Rúcula	57 atados	R\$ 2,50	R\$142,50
	Tempero verde	60 molhos	R\$ 2,50	R\$150,00
TOTAL				R\$ 8.151,50
Produtor 5	Abóbora japonesa	100 kg	R\$3,50	R\$350,00
	Abóbora moranga	40 kg	R\$ 2,50	R\$100,00
	Acelga	140 atados	R\$ 2,50	R\$350,00
	Alface	127 pés	R\$ 2,50	R\$317,50
	Alho	31 kg	R\$ 20,00	R\$620,00
	Batata Doce	85 kg	R\$ 4,00	R\$340,00
	Batata Inglesa	70 kg	R\$ 3,50	R\$245,00
	Beterraba	48 kg	R\$ 4,00	R\$192,00
	Brócolis	80 un.	R\$ 4,00	R\$320,00
	Cenoura	135 kg	R\$ 3,50	R\$472,50
	Couve	150 atados	R\$ 2,50	R\$375,00
	Couve - flor	200 un.	R\$ 4,00	R\$800,00
	Ervilha	100 kg	R\$ 17,00	R\$1.700,00
	Espinafre	226 atados	R\$ 2,00	R\$452,00
	Fava	80 kg	R\$ 12,00	R\$960,00
	Goiaba	50 kg	R\$ 7,00	R\$350,00
	Mostarda	180 atados	R\$ 2,50	R\$450,00
	Nabo	22 kg	R\$ 2,00	R\$44,00
	Rabanete	30 molhos	R\$ 2,50	R\$75,00
	Repolho	200 un.	R\$ 4,00	R\$800,00
Rúcula	58 atados	R\$ 2,50	R\$145,00	
Tempero verde	60 molhos	R\$ 2,50	R\$150,00	

	Vagem	90 kg	R\$ 7,00	R\$630,00
TOTAL				R\$ 10.239,00
Produtor 6	Acelga	140 atados	R\$ 2,50	R\$350,00
	Alface	127 pés	R\$ 2,50	R\$317,50
	Beterraba	48 kg	R\$ 4,00	R\$192,00
	Couve	150 atados	R\$ 2,50	R\$375,00
	Nabo	22 kg	R\$ 2,00	R\$44,00
	Rabanete	30 molhos	R\$ 2,50	R\$75,00
	Tempero verde	60 molhos	R\$ 2,50	R\$150,00
TOTAL				R\$ 1.053,50
Produtor 7	Mel	200 kg	R\$ 20,00	R\$4.000,00
TOTAL				R\$ 4.000,00
Produtor 8	Abóbora japonesa	100 kg	R\$3,50	R\$350,00
	Abóbora moranga	40 kg	R\$ 2,50	R\$100,00
	Acelga	140 atados	R\$ 2,50	R\$350,00
	Alface	127 pés	R\$ 2,50	R\$317,50
	Alho	31 kg	R\$ 20,00	R\$620,00
	Batata Doce	85 kg	R\$ 4,00	R\$340,00
	Beterraba	48 kg	R\$ 4,00	R\$192,00
	Brócolis	80 un.	R\$4,00	R\$320,00
	Cebola	100 kg	R\$ 3,50	R\$350,00
	Cenoura	135 kg	R\$ 3,50	R\$472,50
	Couve	150 atados	R\$ 2,50	R\$375,00
	Ervilha	150 kg	R\$ 17,00	R\$2.500,00
	Espinafre	226 atados	R\$ 2,00	R\$452,00
	Fava	80 kg	R\$ 12,00	R\$960,00
	Goiaba	30 kg	R\$ 7,00	R\$210,00
	Melão	30 kg	R\$ 5,00	R\$150,00
	Mostarda	180 atados	R\$ 2,50	R\$450,00
	Nabo	22 kg	R\$ 2,00	R\$44,00
	Pepino	100 kg	R\$ 3,00	R\$300,00
	Rabanete	30 molhos	R\$ 2,50	R\$75,00
Rúcula	57 atados	R\$ 2,50	R\$142,50	
Tempero verde	60 molhos	R\$ 2,50	R\$150,00	
Vagem	90 kg	R\$7,00	R\$630,00	
TOTAL				R\$ 9.900,50
Produtor 9	Abóbora japonesa	100 kg	R\$3,50	R\$350,00
	Abóbora moranga	40 kg	R\$ 2,50	R\$100,00
	Acelga	140 atados	R\$ 2,50	R\$350,00
	Alface	127 pés	R\$ 2,50	R\$317,50
	Batata Doce	85 kg	R\$ 4,00	R\$340,00
	Beterraba	48 kg	R\$ 4,00	R\$192,00
	Brócolis	80 un.	R\$4,00	R\$320,00
	Couve	150 atados	R\$ 2,50	R\$375,00
	Ervilha	40 kg	R\$ 17,00	R\$680,00

	Espinafre	226 atados	R\$ 2,00	R\$452,00
	Fava	80 kg	R\$ 12,00	R\$960,00
	Mostarda	180 atados	R\$ 2,50	R\$450,00
	Nabo	22 kg	R\$ 2,00	R\$44,00
	Pimentão	50 kg	R\$ 8,00	R\$400,00
	Rabanete	30 molhos	R\$ 2,50	R\$75,00
	Rúcula	57 atados	R\$ 2,50	R\$142,50
	Tempero verde	60 molhos	R\$ 2,50	R\$150,00
	Tomate	300 kg	R\$ 4,80	R\$1.440,00
	Vagem	90 kg	R\$7,00	R\$630,00
TOTAL				R\$ 7.768,00
Produtor 10	Leite past. Tipo C	5.000 litros	R\$ 2,25	R\$11.250,00
TOTAL				R\$ 11.250,00
Produtor 11	Abóbora japonesa	100 kg	R\$3,50	R\$350,00
	Abóbora moranga	40 kg	R\$ 2,50	R\$100,00
	Acelga	140 atados	R\$ 2,50	R\$350,00
	Alface	127 pés	R\$ 2,50	R\$317,50
	Batata Doce	85 kg	R\$ 4,00	R\$340,00
	Batata Inglesa	70 kg	R\$3,50	R\$245,00
	Beterraba	48 kg	R\$ 4,00	R\$192,00
	Brócolis	80 un.	R\$4,00	R\$320,00
	Cenoura	135 kg	R\$ 3,50	R\$472,50
	Couve - flor	100 un.	R\$ 4,00	R\$400,00
	Couve	150 atados	R\$ 2,50	R\$375,00
	Melancia	50 kg	R\$ 3,00	R\$150,00
	Mostarda	180 atados	R\$ 2,50	R\$450,00
	Nabo	22 kg	R\$ 2,00	R\$44,00
	Pepino	50 kg	R\$ 8,00	R\$150,00
	Rabanete	30 molhos	R\$ 2,50	R\$75,00
	Rúcula	57 atados	R\$ 2,50	R\$142,50
	Tempero verde	60 molhos	R\$ 2,50	R\$150,00
	Tomate	100 kg	R\$ 4,80	R\$480,00
Vagem	90 kg	R\$7,00	R\$630,00	
TOTAL				R\$ 5.733,50

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Santa Vitória do Palmar, 2017.

APÊNDICE D – LISTA COM O NOME DOS ENTREVISTADOS

Maria Inez Alves Vieira, extensionista da EMATER.

Veruskha Anacker. Nutricionista da SMED responsável pelo PNAE nas escolas municipais de Santa Vitoria do Palmar.

Berenice Brandão Schwab. Vice-Diretora da Escola Estadual de Educação Básica Manoel Vicente do Amaral.

Nara Regina de Souza Borges. Participante do PNAE.

Nelson Bittencurt. Participante do PNAE.

Karla Valeria Oliveira Pereira. Participante do PNAE.

Ceci Odiles Borges Henrique. Participante do PNAE.

Newton Ubirajara Souza Sigals. Participante do PNAE.

Tanise Vega Pereira de Ávila. Participante do PNAE.

Joseli Leon Rosa. Participante do PNAE.